



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

TEÓFILO AMORIM LEITE

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA
PRÁTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: Uma análise sobre o
processo desenvolvido no município de Teixeira, Estado da Paraíba**

**PATOS - PB
2014**

TEÓFILO AMORIM LEITE

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA PRÁTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA: Uma análise sobre o processo desenvolvido
no município de Teixeira, Estado da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado à Coordenação do Curso de
Especialização em Fundamentos da
Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares, da Universidade
Estadual da Paraíba, em convênio com a
Escola de Serviço Público do Estado da
Paraíba, em cumprimento às exigências
acadêmicas para a obtenção do grau de
especialista.

Orientadora: Prof^a. Dra. Djane de Fátima
Oliveira

PATOS - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533e Leite, Teófilo Amorim

A educação do campo e sua inserção na agenda prática educacional brasileira [manuscrito] : uma análise sobre o processo desenvolvido no município de Teixeira-PB / Teófilo Amorim Leite. - 2014.

36 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria da Conceição Alves Rodrigues, Departamento de Educação".

1. Educação rural. 2. Avaliação. 3. Município de Teixeira. I. Título.

21. ed. CDD 370.19

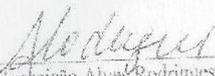
TEÓFILO AMORIM LEITE

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA PRÁTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA - PB

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Especialização em Fundamentos da
Educação: Práticas Pedagógicas
interdisciplinares, da Universidade Estadual da
Paraíba-UEPB, como requisito para obtenção do
Grau de Especialista.

Aprovada em 19/07/2014

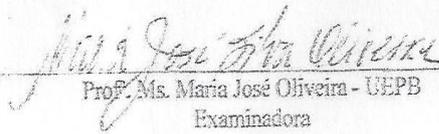
Banca Examinadora



Maria da Conceição Alves Rodrigues (orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Ericson Robson Sousa Bernardo (examinador)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Ms. Maria José Oliveira - UEPB
Examinadora

A todos aqueles que acreditam que é possível mudar o ser humano através do processo educativo, o presente trabalho decido.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, primeiramente, por mi conceder a oportunidade de aprimora meus conhecimentos.

À minha mãe, Otacília Amorim Leite, que me ensinou os primeiros passos.

À minha esposa, Maria Madalena Firmino Amorim e aos meus filhos Guilherme e Karolyne, por, em vários momentos, terem compreendido as minhas ausências, incentivando-me para alcançar essa vitória.

Em especial, à professora Maria da Conceição Alves Rodrigues -minha orientadora - a quem expresso os mais sinceros agradecimentos.

Aos meus irmãos e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso deste trabalho.

O educando do meio rural não deve receber uma educação de segunda categoria que deixe de fornecer conhecimentos mais amplos da sociedade global em que está inserido. Ele deve ser capaz de fazer opções conscientes e críticas, tanto no meio rural quanto no urbano.

SPEYER (1983)

RESUMO

Trata-se exploratório, através do qual procurou avaliar o desenvolvimento da educação rural no município de Teixeira, Estado da Paraíba. Verificou-se que durante muitos anos a educação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um 'modelo importado' da educação urbana e ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das oligarquias rurais e das oligarquias agrário-industriais e que somente a partir de 1934 foi que a educação rural passou ser assistida e valorizada. Na década de 1960, o sistema formal de Educação Rural sem condições de autossustentação, quer pedagógica, quer administrativamente, quer financeira, entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos. Entretanto, a atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado. No que diz respeito aos dados colhidos na presente pesquisa, estes se mostram conflitantes, de forma que os professores que atuam na zona urbana têm um entendimento bastante divergente das opiniões defendidas pelos professores que promovem a educação no meio rural. Enquanto que os primeiros acham que a educação rural no município de Teixeira-PB caracteriza-se como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio onde se desenvolve, embora se apresentando de forma positiva, os educadores que atuam no meio rural acham que a educação rural no seu município é um processo atrasado. Assim, quando se analisa os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, esses mesmos dados revelam opiniões completamente opostas, o que leva a concluir-se que quem de perto vivencia os problemas relacionados à educação rural conhecem suas dificuldades, sabem de suas limitações e entendem que as propostas até agora apresentadas não trouxeram contribuições positivas ao desenvolvimento dessa modalidade educativa.

Palavras-chave: Educação Rural. Avaliação. Município de Teixeira, Paraíba.

ABSTRACT

It is exploratory, through which sought to evaluate the development of rural education in the city of Teixeira, Paraíba state. It was found that for many years the education of the working classes of the field, linked to an urban education while 'imported model' has been serving the interests of rural oligarchies and agrarian-industrial oligarchies and that only from 1934 was that rural education has to be assisted and valued. In the 1960s, the formal system of rural education without conditions self-support either teaching or administrative or financial, entered a process of deterioration, submitting to urban interests. However, the current Guidelines and Framework Law (Law No. 9394/96), promotes the disassociation of the rural school of media and urban school performance, requiring for the first planning an interconnected to rural life and desurbanizado right way. With regard to the data collected in this research, they have proved conflicting, so that teachers who work in urban areas have quite divergent understanding of the views held by teachers that promote education in rural areas. While the first think that rural education in the city of Teixeira, State of the Paraíba is characterized as being an educational process that has no ties with the medium itself which develops while presenting a positive, educators who work in rural areas find that rural education in their municipality is a delayed process. Thus, when analyzing the data collected together teachers to develop their activities in rural areas, these same data show completely opposite opinions, which leads to conclude that those who experienced problems closely related to rural education know their difficulties, know their limitations and understand that proposals presented so far have not brought positive development of this educational method contributions.

Keywords: Rural Education. Review. City of Teixeira, Paraíba.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Distritubição da amostra quanto à opinião sobre como se caracteriza a educação rural no município de Teixeira, Paraíba.....	23
Gráfico 2 Distritubição da amostra quanto ao fato do professor que atua no meio rural encontra-se capacitado ou não para promover bem a educação rural.....	24
Gráfico 3 Distritubição da amostra quanto à opinião sobre como deve ser a educação do campo.....	26
Gráfico 4 Distribuição da amostra quanto à opinião sobre o entendimento quanto à organização escolar multisseriada.....	27
Gráfico 5 Distribuição da Amostra quanto ao fato se consideram ou não a nucleação como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 AS PRIMEIRAS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO RURAL.....	12
2.2 O SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO E SEUS REFLEXOS SOBRE A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL.....	15
2.3 A NOVA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL.....	16
2.4 A EDUCAÇÃO RURAL NAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO.....	17
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO.....	21
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	21
3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	21
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	21
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE.....	34

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o desenvolvimento da Educação Rural no município de Teixeira, Estado da Paraíba. Para compreender melhor a problemática do buscou-se fundamentos numa literatura que enfoca a temática do estudo.

Vários estudos mostram que a educação destinada às classes populares do campo, sempre vinculou-se a um modelo importado da educação urbana e que ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das elites brasileira. E, que por essa razão vem se mostrando improdutiva, não apresentando um ensino conectado com o meio onde se desenvolve, faltando-lhe contextualização e recursos pedagógicos para se produzir uma aprendizagem significativa.

Assim, pode-se observar que o ensino rural no país, sempre enfrentou sérias dificuldades, seja no sentido de não ser voltado para as necessidades agrárias, ou por não vincular o homem ao campo, que seu meio de produção e de sobrevivência.

No contexto atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresenta uma nova educação rural para o Brasil. Estruturada a partir das determinações contidas na Constituição Federal de 1988, a mencionada lei, além de fixar os currículos para a zona rural, estabelece que cada aos municípios promover o mapeamento escolar, estabelecendo critério ampliação e a interiorização da rede escolar.

Calazans et. al. (1991) afirma que até o presente, no Brasil, a educação rural ainda não recebeu o devido tratamento e que por isso constitui uma educação deficitária e de certo, improdutiva.

Por outro lado, para atingir os objetivo traçados para a presente pesquisa, promoveu-se, inicialmente, uma revisão de literatura sobre o tema, para em seguida apresentar os resultados colhidos através da pesquisa de campo e comentá-los à luz da literatura especializada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AS PRIMEIRAS AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO RURAL

Durante muitos anos a educação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um 'modelo importado' da educação urbana e ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das oligarquias rurais e das oligarquias agrário-industriais.

Afirma Souza (2006), que as Constituições de 1824 e 1891 não contemplaram a educação da zona rural, mesmo sendo o Brasil um país eminentemente agrário.

Essa omissão, retratava, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação no campo e, do outro, os resquícios do matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária, no latifúndio e no trabalho escravo.

De acordo com Leite (2002), a partir da década de 1920, com o crescimento do grande fluxo migratório interno e a consequente saída das populações do campo em busca de trabalho em áreas mais industrializadas, ocorreu o inchaço populacional nas cidades, que originou graves problemas de ordem social e política.

Nesse período, começou a aparecer algum interesse em torno da educação rural, no sentido de conter a migração rural e urbana e de tal modo a evitar um colapso nas cidades, surgindo nessa época o que ficou denominado de 'ruralismo pedagógico'.

Ainda na opinião de Leite (2002, p. 31):

O ruralismo pedagógico consistia em uma ação voltada para "prender" o homem/mulher ao campo, evitando-se ainda o inchaço populacional das grandes cidades que iniciavam seu processo de urbanização e industrialização. O ruralismo no ensino permaneceu até a década de 1930, uma vez que a escolaridade mantinha-se vinculada à tradição colonial e distanciada das exigências econômicas do momento. Somente após os primeiros sintomas de uma transformação mais profunda no modelo econômico agroexportador é que a escolaridade tomara posições mais arrojadas.

Até 1930, a estrutura do ensino existente no Brasil não era organizada à base de um sistema nacional de educação e ainda não havia uma política nacional de educação. No entanto, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas foram dados os primeiros passos em direção à unificação.

Naquele ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública com as atribuições de administração e direção da educação nacional. No ano seguinte, foi

implantada a reforma Francisco Campos, que estruturou organicamente o ensino secundário, comercial e superior, ou seja, atentou preferencialmente para a organização do sistema educacional das elites.

Na observação de Romanelli (1986, p. 141), essa reforma marginalizou o ensino primário, por determinar que “a obrigatoriedade de se prestarem exames para admissão ao ensino médio, nos quais se exigiam conhecimentos jamais fornecidos pela escola primária, importava em reconhecer a nulidade desta”.

Na época em que foi implantada a reforma Francisco Campos, a maioria da população brasileira vivia na zona rural e era analfabeta. No entanto, a escolarização desta camada social, que deveria ser contemplada pela reforma, continuou marginalizada, ao contrário da elite que foi privilegiada pelas mudanças.

Ainda nos primeiros anos do governo revolucionário, intensificaram-se as reivindicações pela ampliação da oferta do ensino sob responsabilidade da União e a população passou a reclamar cada vez mais a intervenção do poder estatal a favor do ensino público (PAIVA, 1987).

Assim, em 1931 realizou-se a 'IV Conferência Nacional de Educação', que teve como tema “as grandes diretrizes da educação popular no Brasil, com a preocupação central a intervenção federal na difusão do ensino primário, técnico, normal e profissional” (XAVIER, 2002, p. 17).

Informa Paiva (1987), que em 1932 ocorreu o lançamento do 'Manifesto dos Pioneiros da Educação'. Na concepção dos idealizados do referido manifesto, para que houvesse desenvolvimento no Brasil era preciso desenvolver as forças econômicas e sociais, sendo necessárias reformas tanto no âmbito econômico quanto educacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Impulsionou grandes transformações na educação brasileira, inclusive, no que diz respeito às ações educacionais reservadas ao meio rural. Nesse contexto histórico, a partir de 1933 que iniciou-se a Campanha de alfabetização na Zona Rural, e, num clima ainda de ruralismo pedagógico, organizaram-se cursos de capacitação para os professores (XAVIER, 2002).

Abordando o processo de histórico da educação brasileira, Souza (2006), acrescenta que somente a partir de 1934 foi que a educação rural passou ser assistida e valorizada. Em outras palavras, até a promulgação da Constituição de 1934, existia um completo descaso dos dirigentes para com a educação do campo.

Aquela Constituição instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

Entretanto, a Constituição de 1937 foi mais enfática na questão do ensino profissional (destinado aos menos favorecidos), uma vez que a prioridade central consistia na instalação de um processo Industrial de base, ideário do governo Vargas.

Segundo Maia (1982), este ideário tinha na escolarização urbana o suporte para a industrialização, assim o processo da educação escolar rural não sofreu modificações permanecendo comprometido com a manutenção do '*status quo*'.

Informa ainda Paiva (1987), que em 1935 foi realizado o 1º Congresso Nacional do Ensino Regional, que contribui para a fundação da Sociedade Brasileira da Educação Rural, em 1937, que tinha como objetivo propagar a educação rural e alfabetizar um grande número de analfabetos que residiam na zona rural.

Nesse período da história da educação rural, registrou-se a implantação das chamadas 'colônias agrícolas' e os 'núcleos coloniais', nos quais, de acordo com Silveira e Lima (2007), eram oferecidos os seguintes cursos:

- a) de aprendizado agrícola - com o objetivo de formar capatazes rurais;
- b) curso de adaptação - com o objetivo de qualificação profissional.

Na observação de Maia (1982), essa medida do governo do Estado Novo tinha por objetivo fixar o homem no campo, evitando sua migração para os centros urbanos, o que poderia ter como consequência a diminuição da produção agrícola brasileira.

De acordo com Calazans et al. (1991), em 1942, com a realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação, embora enfatizada pela tendência nacionalista do Estado Novo, a Educação Rural ganhou reforço.

Assim, percebe-se que foi exatamente no começo do Estado Novo (1937 a 1945), que se fortaleceu a preocupação com a escolarização da população do meio rural, frente à questão dos permanentes índices de analfabetismo e do fluxo migratório interno que continuava a ser um incômodo às elites urbanas.

Afirma Nascimento (2001), que foi com o Estado Novo que surgiram os primeiros programas de oferta de educação no meio rural, no sentido de manutenção produtiva e desenvolvimento da sociedade política e civil.

Analisando esse período da história da educação brasileira, Leite (2002), afirma que o governo Vargas mostrou muito interesse nas possibilidades ideológicas

da ação educativa, fazendo com que a educação fosse entendida como um instrumento do estado e, como tal, deveria servir aos seus interesses.

Em síntese, devido às mudanças sócio-econômicas que aconteceram no país nas décadas de 1930 e 1940, ocorreu o reconhecimento da importância da escola para a sociedade. Nesse contexto, a escola passou a ser entendida como espaço generalizado de socialização e transmissão de conhecimento, importante para a ascensão social dos indivíduos.

2.2 O SEMINÁRIO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO E SEUS REFLEXOS SOBRE A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial, a escolarização da população dos países pobres transformou-se em panacéia de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas - UNESCO, Organização dos Estados Americanos - OEA e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), amparado por esses organismos, o Brasil, em 1949, sediou o Seminário Interamericano de Educação, no estado do Rio de Janeiro (SOUZA, 2006).

Sua escolha foi uma resultante do acúmulo de iniciativas voltadas para a educação de adultos, que tornaram-se destaque no continente sul-americano. Entre essas iniciativas, destacavam-se:

- a) o constante debate de ideias promovido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), fundado e dirigido por Lourenço Filho;
- b) a Campanha Nacional de Construção de Escolas Rurais; e,
- c) a grande Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA), que, em 1947, transformou o país em referência internacional em matéria de alfabetização de jovens e adultos.

No Seminário Interamericano de Educação, promovido pela UNESCO e pela OEA em 1949, em termos de Educação Rural e Alfabetização de Adultos, foram definidos projetos de integração social, que objetivavam a assimilação do indivíduo ou do grupo isolado (comunidades camponesas ou indígenas) à cultura comum através da habilitação do adulto para atuação de forma construtiva na vida social.

Assim afirma Souza (2006, p. 17), que:

Em se tratando da Educação Rural no Brasil, o Seminário Interamericano de Educação, promovido pela UNESCO e pela OEA em 1949, com sede no Rio de Janeiro, configurou-se como momento de reflexão, planejamento e sistematização de diretrizes que projetaram o conjunto inicial de práticas em Educação Rural estendidas pelos anos 50. Para nós, a busca das ideias originais do Seminário se faz importante, na medida em que, o entendimento dado ao problema do analfabetismo rural, revela, na verdade, o uso político da educação num projeto interventor e intolerante.

Mediante tais projetos, o homem do campo deveria ser integrado ao meio social por meio de ações solidárias e cooperativistas e pela divisão do trabalho.

Acrescenta ainda Souza (2006), que após o referido Seminário, a Educação Rural passou a ser definida como um dos elementos centrais do processo modernizador do campo e do homem rural.

E, a partir daquele acontecimento histórico, a Educação Rural tornou-se uma modalidade educacional que passou a ser incorporada pelo desenvolvimentismo e vista como um mecanismo de extrema importância nas políticas agrícolas do Estado, dentre elas, a política de reforma agrária.

2.3 A NOVA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

No início da década de 1950, com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, instituiu-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), sob a orientação dos organismos internacionais. Diversas missões se instalaram em pequenas comunidades do interior do país e passaram a desenvolver ações voltadas para a educação dos adultos analfabetos (LEITE, 2002).

De acordo com Paiva (1987), o objetivo da CNER era contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural, despertando nele o espírito comunitário, a ideia, o valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo.

Acrescenta ainda a autora, que as atividades da CNER tiveram dois pontos de apoio: as missões e os centros rurais de treinamento destinados a professores leigos, e à preparação dos filhos dos agricultores para atividade agrícola.

De acordo com Leite (2002), além da CNER, foram instituídos os seguintes programas também voltados para a melhoria da educação rural, no Brasil:

a) a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR);

- b) Centro de Treinamento;
- c) Semanas Ruralistas;
- d) Clubes Agrícolas;
- e) Serviço Social Rural (SSR);
- f) a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR, hoje EMATER);

No entanto, observam Calazans et. al. (1991), que na implantação destes programas não foram levadas em consideração às especificidades de cada região, ou seja, não houve estudos ou pesquisas que apontassem as reais necessidades e os problemas enfrentados por cada região a ser beneficiada, E, por essa razão não obtiveram os resultados esperados.

Durante as décadas de 1960 e 1970, outros programas de atendimento à carência rural foram implementados. Nesse período, registrou-se a divulgação dos chamados Planos e Projetos sobre a Educação Rural. Entretanto, por continuarem na mesma lógica dos anteriores, seus resultados não foram menos desastrosos (CALAZANS et. al., 1991).

Em síntese, a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, destacaram-se no desenvolvimento de projetos para a preparação de técnicas destinadas a educação de base rural e programa de melhoria de vida dos rurícolas, nas áreas de saúde, trabalho associativo, economia doméstica, artesanato, etc.

Dos projetos da CNER surgiram a Campanha da Educação de Adultos e as Missões Rurais de Educação de Adultos. Contudo, a filosofia dessa Campanha era a repetição de formulas tradicionais de dominação, uma vez que ela trouxe à tona, em suas discussões, os mecanismos verdadeiros da problemática rural.

2.4 A EDUCAÇÃO RURAL NAS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A primeira lei que fixou as Diretrizes da Educação no Brasil (Lei nº 4.024/1961) foi omissa em relação à educação rural, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior era desprovida de recursos humanos e, principalmente, financeiros (SOUZA, 2006).

Diante disto, na década de 1960, o sistema formal de Educação Rural sem condições de auto-sustentação, quer pedagógica, quer administrativamente, quer financeira, entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos.

De acordo com Calazans et ai. (1991), naquela década, muitos movimentos populares se consolidaram, na tentativa de promoverem uma educação voltada para as reais necessidades das camadas menos favorecidas, especialmente, a rural. Entre esses movimentos, podem ser citados:

a) os Centros Populares de Cultura (CPC), que foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária".

b) o Movimento de Educação de Base (MEB), um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961.

A vigência dessa lei foi marcada por grandes movimentos, que fizeram nascer no campo social, com destaque para a criação de projetos de alfabetização de adultos, a exemplo do formulado pelo educador Paulo Freire, que primava por uma proposta de educação centrada num de ensino-aprendizagem que levasse à construção de uma cidadania consciente (ROMANELLI, 1986).

No entanto, todos esses projetos foram abortados e sucumbiram após a implantação do regime militar, em março de 1964.

Observa ainda Romanelli (1986), que a ditadura militar, no intuito de criar mecanismos sociais e políticos para a obtenção dos seus propósitos e, principalmente, para a manutenção da ordem, promulgou a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/71), que, teoricamente, abriu espaços para a Educação Rural.

No entanto, na visão de Maia (1982), a referida lei estava distanciada da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro e assim, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos camponeses.

Após a promulgação da Lei nº. 5.692/71, deu-se a municipalização do ensino rural, tendo por retaguarda administrativo-financeira projetos como o Pólo Nordeste, o PRONASEC, o PROMUNICÍPIO e outros mais, que, ao subsidiarem os órgãos municipais de educação (OME), exigiram deles uma organização mais apurada do processo, principalmente no que diz respeito não só ao cadastramento

das escolas e professores, mas também ao acompanhamento e distribuição de merenda escolar e a um diagnóstico do município em relação à escolaridade nas comunidades rurais.

Afirma Demo (1997), que a atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado.

A nova LDB (Lei nº 9394/96), no art. 28, promove um espaço para uma outra forma do ensino no campo, em que se considere a adaptação e adequação necessária e as peculiaridades da dinâmica do campo, tanto no aspecto organizacional, como também de propostas metodológicas e curriculares, afirmando que:

Art 28 - Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III - adequação a natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 17).

A partir da Lei 9.394/96, a educação rural não se limita mais ao modelo urbano/industrial, como ocorreu nas décadas de 1960 a 1980. A sustentação de escolaridade proposta pela referida lei, encontra-se na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e da práxis rural e, primordialmente, no sentido da ação política dos rurícolas.

A falta de uma política direcionada para a real caracterização adequada da escola rural, no Brasil, tem contribuído para a má qualidade da Educação rural.

De acordo com Calazans et al. (1991), o referido problema se agrava ainda devido, os seguintes fatores:

- a) a baixa qualidade de vida no campo;
- b) a carência de material escolar quer seja para o aluno, quer seja para o professor;
- c) a desvalorização da cultura rural;
- d) a falta de orientações técnicas e acompanhamento pedagógico;

e) a infiltração da cultura urbana no meio rural, aliada a permanência de currículos inadequados.

De acordo com Demo (1997), a Constituição Federal de 1988, proclama a educação como direito de todos e dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Deste modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministradas em qualquer parte do país.

Assim sendo, apesar de não se referir direta e especificamente ao ensino rural no corpo da carta, possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

Desta forma, quando a Constituição Federal estabeleceu, no art. 62, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), mediante lei específica, reabriu a discussão sobre educação do campo e a definição de políticas para o setor.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO E LOCAL DE ESTUDO

Trata-se de um estudo do tipo descrito com descritivo com uma abordagem qualitativa, realizado no município de Teixeira, no Estado da Paraíba, tendo como campo de pesquisa duas escolas públicas, sendo uma localizada na cidade e a outra na zona rural.

A Pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos, tendo como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, a exemplo do questionário (GIL, 2002).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Da presente pesquisa participaram professores e alunos. No que diz respeito aos docentes, a população foi composta por 25 professores, que exercem suas atividades docentes na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastião Guedes da Silva, localizada na cidade de Teixeira, Estado da Paraíba, e, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Aniceta Nunes Leite, localizada na comunidade rural São Francisco, que possui 15 professores.

Para esse segmento, a amostra foi constituída por 20 professores, que estavam presentes no dia da coleta e que aceitaram participar da pesquisa, sendo 10 na unidade escola da zona urbana e 10 na escola selecionada no meio rural.

3.3 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A coleta dos dados ocorreu durante o mês de maio de 2014, por meio da aplicação de questionários previamente elaborados (APÊNDICES A), composto por questões subjetivas, elaboradas de acordo com os objetivos propostos pela presente pesquisa e dirigido aos professores das mencionadas escolas.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados serão colhidos nas duas escolas públicas selecionadas como campo para a presente pesquisa. A coleta de dados foi promovida durante o mês de abril de 2014.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados quantitativamente através do modelo descritivo e apresentados em forma de gráficos e tabelas para subsidiar a discussão dos resultados, com respaldo na literatura pertinente ao tema em questão.

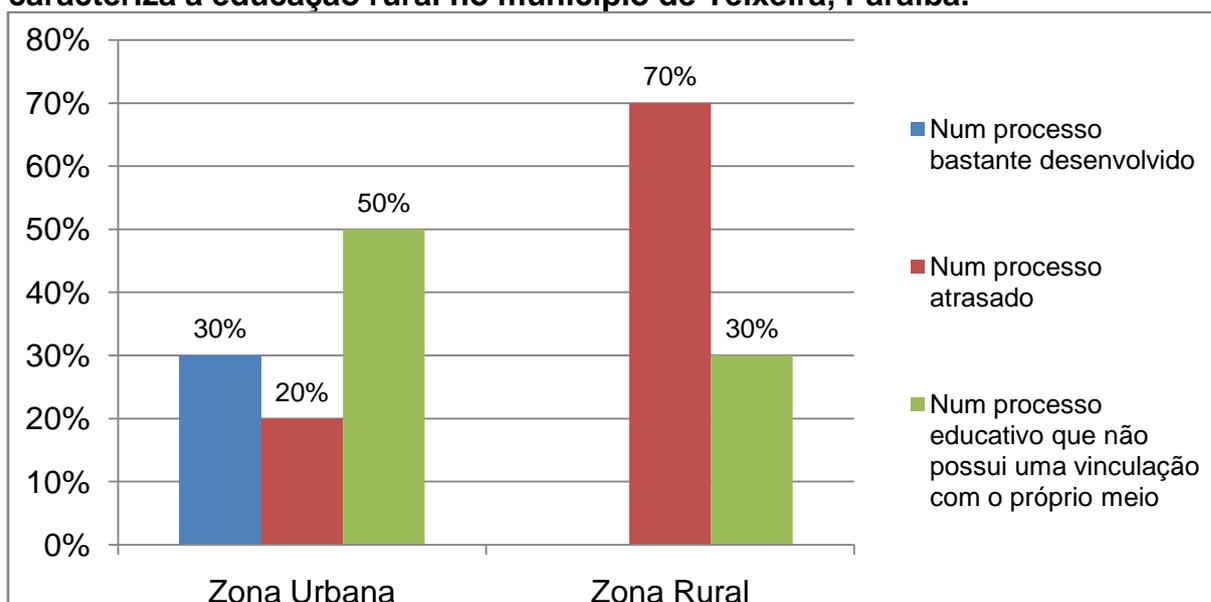
Informa Marconi e Lakatos (2008), que o uso de tabelas é um método sistemático de apresentação, que auxilia o leitor na interpretação dos dados.

É importante destacar que o referido método tem finalidade de ajudar ao investigador na distinção de diferenças, semelhanças e relações pela clareza da apresentação gráfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, procurou-se saber dos professores entrevistados como se caracteriza a educação rural em seu município. Os dados colhidos com esse questionamento foram apresentados no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição da amostra quanto à opinião sobre como se caracteriza a educação rural no município de Teixeira, Paraíba.



Analisando os dados contidos no Gráfico 1 verifica-se que de acordo com 30% dos professores entrevistados, que exercem suas funções na zona urbana, a educação rural desenvolvida no município de Teixeira, Estado da Paraíba se caracteriza como sendo processo bastante desenvolvido; 50% afirmaram que trata de um processo atrasado e 20% consideram como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio.

Em relação aos dados colhidos juntos aos professores que exercem suas funções no meio rural, a educação rural desenvolvida no município de Teixeira-PB, sendo 70% destes professores é caracterizada como sendo processo atrasado. No entanto, 30% acham que trata-se de um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio.

Na concepção de Leite (2002, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do

processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

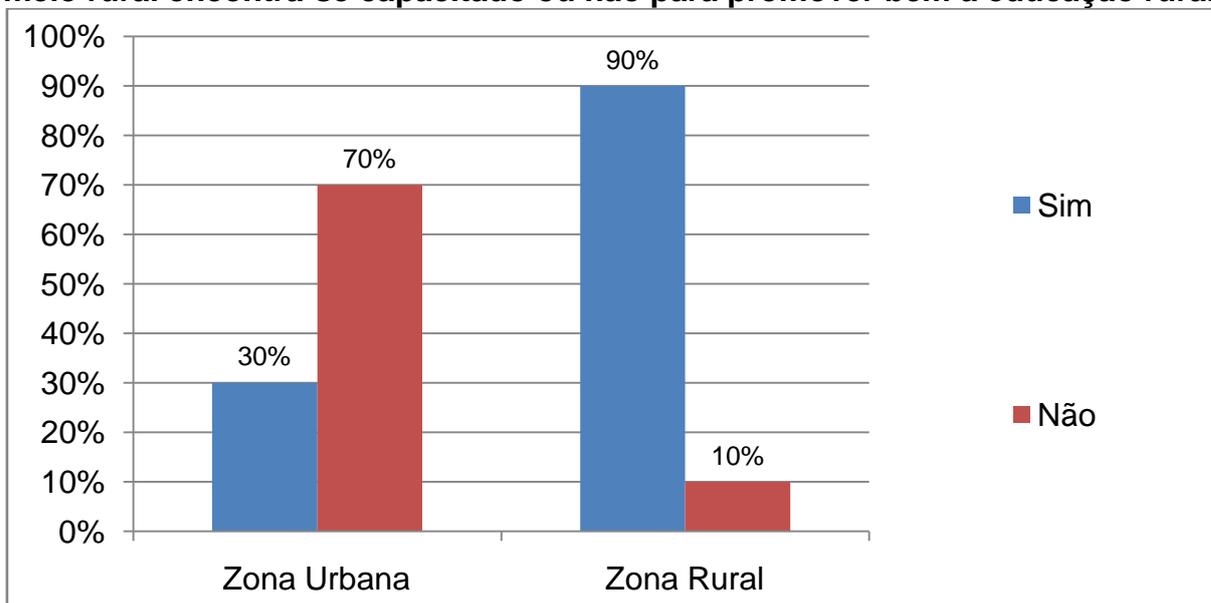
Noutras palavras, a educação rural ainda não recebeu a devida atenção por parte do poder público e isto que contribuiu para a mesma se constitua num processo atrasado e sem nenhuma vinculação ou quase nenhuma vinculação com o próprio meio onde é desenvolvida.

Destaca Calazans et al. (1991) que a educação rural em primeiro lugar, apesar de numerosos programas desenvolvidos, sempre representou uma fatia muito pequena e marginal nas preocupações do setor público. E, que ao longo do século XX, houve um esforço, por parte do governo, de levar técnicas modernas ao campo, com uma educação profissionalizante que visava preparar o homem do campo para o trabalho, levando os trabalhadores rurais a crença de que a modernização é um caminho para a melhoria no seu nível de vida.

Tem-se que reconhecer que todo este processo histórico contribuiu para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada realmente para o meio rural.

Num segundo momento, procurou-se saber dos entrevistados se o professor que atualmente atua no meio rural, encontra-se realmente qualificado para promover uma educação de qualidade. As respostas oferecidas a esse questionamento foram transformadas em dados e apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição da amostra quanto ao fato do professor que atua no meio rural encontra-se capacitado ou não para promover bem a educação rural



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, 70% dos professores que atuam na zona urbana, acham que os professores que atuam na zona rural não se encontram realmente qualificados para promover uma educação de qualidade, 30% acreditam que tais professores possuem condições de bem exercerem suas funções.

No entanto, quando se analisa os dados colhidos junto aos professores que diretamente promovem a educação rural, verifica-se que 90% entendem que estão realmente qualificados para desempenharem suas funções. Os demais (10%) acham que não estão ainda qualificados para promoverem uma educação rural de boa qualidade.

Na opinião de Manfio e Pacheco (2006), a educação rural deixaria de ficar “silenciada no currículo” se houvessem educadores mais preparados, mais comprometidos com a educação, com o desenvolvimento cultural dos alunos.

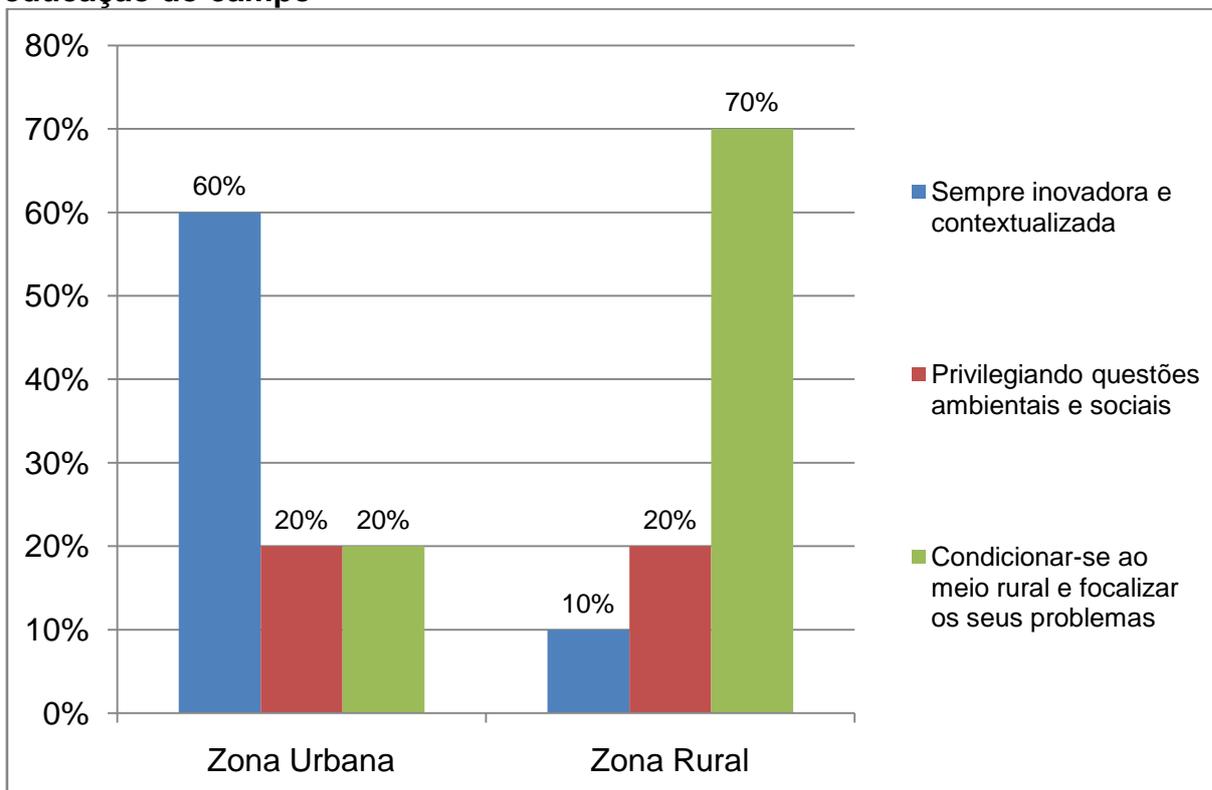
É oportuno destacar que as deficiências registradas na Educação rural não são somente relacionadas à qualificação do docente. Existe várias outras falhas registradas que dizem respeito aos conteúdos e às estruturas do ensino. No que diz respeito à qualificação do docente, este problema vem sendo gradativamente superado pelas determinações impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que exige, que todos os professores para atuar em sala de aula, tenham formação superior. Por outro lado, entende Tortelli (2002, p. 30) que:

Um dos grandes desafios é pensar numa proposta de desenvolvimento e de escola rural que leve em conta a urgência de se superar a dicotomia rural/urbano, resguardando, ao mesmo tempo, a identidade cultural dos grupos que ali produzem sua vida. Isso significa dizer que a escola rural não precisa ser uma escola necessariamente agrícola; mas uma escola vinculada a cultura que produz [...].

Em seu contexto, o educando do meio rural deve receber uma educação que leve em conta as suas necessidades. Pois, os conteúdos e a linguagem das escolas e dos textos escolares são padronizados, caracterizando uma educação com fortes marcas históricas, que influenciaram todo o processo de construção do sistema atual.

Num terceiro momento, perguntou-se aos professores entrevistados como eles acham que deve ser a educação do campo. O Gráfico 3 apresenta dos resultados colhidos através desse questionamento.

Gráfico 3 - Distribuição da amostra quanto à opinião sobre como deve ser a educação do campo



Analisando os dados apresentados no Gráfico 3, verifica-se que segundo 60% dos professores que atuam na área urbana, acham que a educação do campo deveriam ser sempre inovador e contextualizadas; os demais, em duas parcelas de 20% entendem que esta deve privilegiar questões ambientais e sociais, e, condicionar-se ao meio rural, focalizando seus problemas.

Entretanto, na concepção dos professores que desenvolve o processo educativo no meio rural, a educação rural, para 10% destes participantes, deve ser sempre inovadora e contextualizada; 20% entende que a mesma deve privilegiar questões ambientais e sociais, enquanto que 70% acredita que deve condicionar-se ao meio rural, focalizando seus problemas.

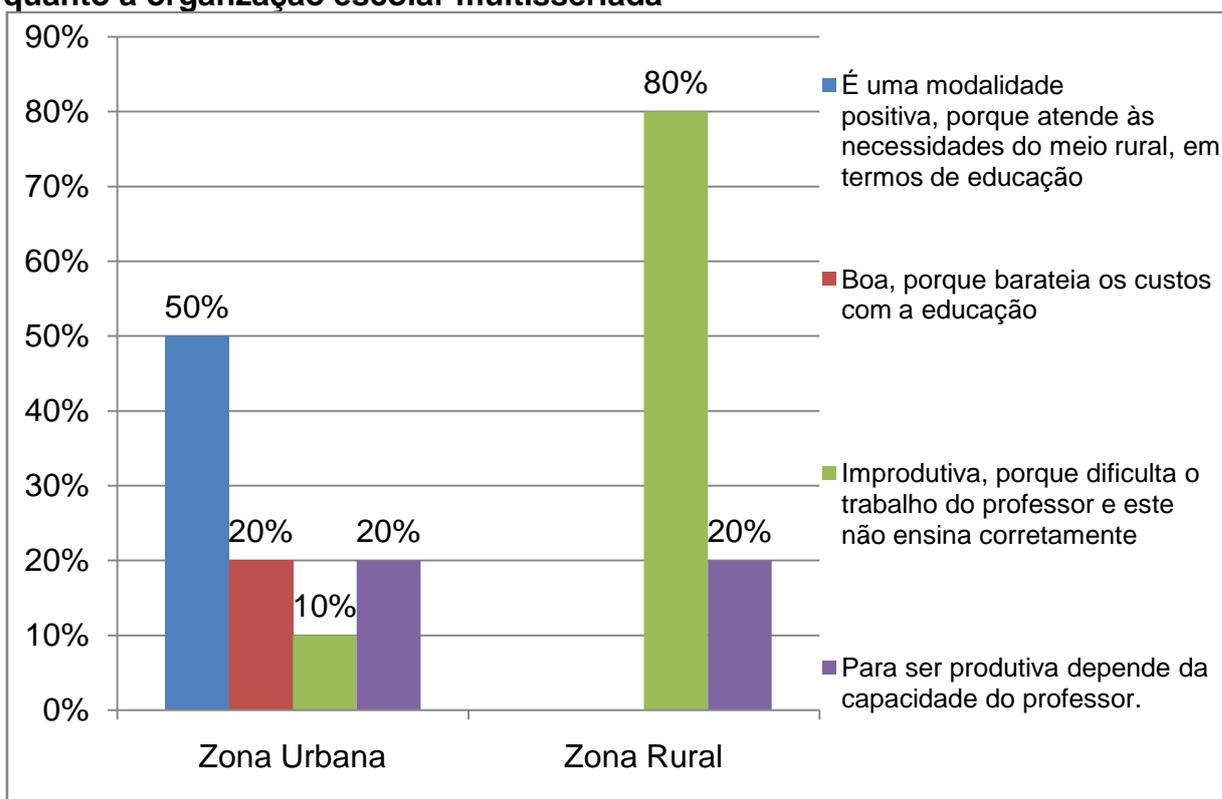
Nesse sentido, explicam Manfio e Pacheco (2006, p. 101), que:

A educação do campo deve abranger diferentes capacidades - cognitivas, afetivas, corporais, éticas, estéticas, de inserção social, econômica, ambiental e interação ambiental - para isso é preciso contar com profissionais que realmente conheçam o meio rural e suas dimensões. O educador necessita conhecer e compreender a realidade dos jovens e suas famílias deve suscitar neles o interesse e a ousadia de se lançar novos desafios.

Desta forma, a prática educacional deve estar relacionada com a prática social determinada pela direção que toma a sociedade. Pois, somente assim, o processo educativo será integrador, capaz de servir a toda a comunidade.

Através do quarto questionamento endereçado aos professores, procurou-se saber a opinião deste em relação à organização escolar multisseriada.

Gráfico 4 Distribuição da amostra quanto à opinião sobre o entendimento quanto à organização escolar multisseriada



Analisando os dados contidos no Gráfico 4, constata-se que segundo a maioria dos professores que exercem suas funções no meio urbano (50%) a organização escolar multisseriada é uma modalidade positiva porque atende às necessidades do meio rural, em termos de educação. No entanto, 20% consideram como sendo boa, porque barateia os custos com a educação; 10% consideram como sendo improdutiva, porque dificulta o trabalho do professor e este não ensina corretamente e outros 20%, acreditam que para ser produtiva, essa iniciativa depende da capacidade do professor, que nela atua.

Por outro lado, os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, demonstram que 80% acham que a organização escolar multisseriada é improdutiva porque dificulta o trabalho do professor e este não

ensina corretamente. Os demais (20%), acreditam que para ser produtiva, a organização escolar multisseriada necessita de professores capacitados.

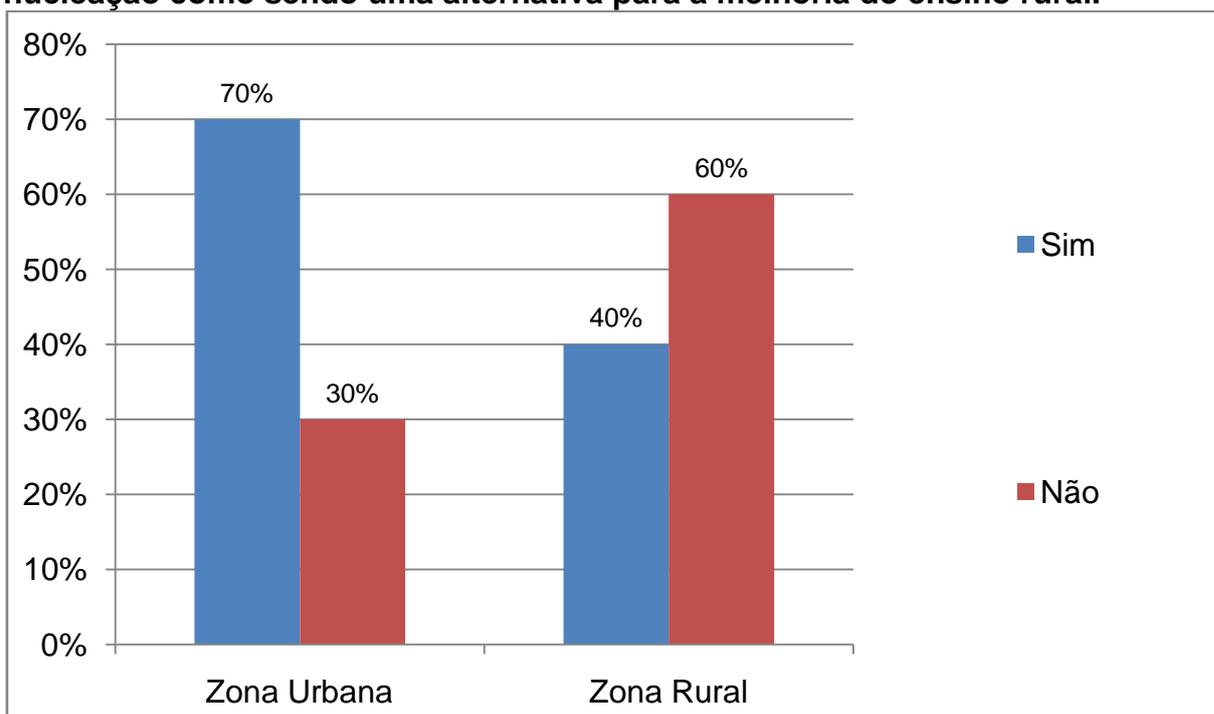
Na opinião de Aranha (1996, p, 147), a organização escolar multisseriada, “barateia os custos, mas os resultados não são dos melhores. Em todo caso a ideia entusiasma muita gente por algum tempo, também fora da Inglaterra, chegando inclusive no Brasil”.

De acordo com Arroyo (2004, p. 10), "no Brasil e, sobretudo nos Estados do Nordeste, a alta quantidade de turmas multisseriadas apresenta-se com certa predominância”.

Esta realidade demonstra que a escola no meio rural, até o presente, vem sendo tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. Ademais, "à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica" (ARROYO, 2004, p. 10).

Através do último questionamento feito aos professores que participaram da presente pesquisa, procurou-se saber se a nucleação pode ser considerada como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural. Por sua vez, o Gráfico 5 apresenta os resultados colhidos com esse questionamento.

Gráfico 5 - Distribuição da Amostra quanto ao fato se consideram ou não a nucleação como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural.



Na concepção de 60% dos professores que atuam no meio rural, a nucleação não pode ser considerada como uma alternativa capaz de melhorar o ensino rural. Por outro lado, 70% dos professores da zona urbana entendem que sim. Dentre estes, os demais (30%) acham que não. E, 40% daqueles que trabalham no meio rural acham que sim.

Historicamente, a educação rural sempre enfrentou problemas estruturais, principalmente, no que diz respeito ao isolamento por que passaram e passam as escolas rurais, onde o número reduzido de alunos impossibilita a manutenção de mais de um professor, gerando uma sala de aula com diversos níveis de idade e aprendizagem: as escolas multisseriadas.

Afirma Scher (1996, p. 19) que:

Como alternativa às classes multisseriadas, originou-se a prática da nucleação, que consiste em agrupar essas pequenas escolas e classes em um prédio central, geralmente situado em uma área mais central entre as fazendas e comunidades. Essa prática se tornou corrente em vários países, dentre eles os Estados Unidos, de onde chegou ao Brasil, na esteira dos acordos assinados entre estes dois países, conhecidos como Acordos MEC/USAID.

Assim sendo, a nucleação se caracteriza por agrupar várias escolas isoladas em uma escola central, a fim de fornecer subsídios adequados para a concretização de uma educação eficiente.

Ainda na opinião de Scher (1996), a nucleação é um modelo prático, através do qual, pode-se minimizar os problemas estruturais enfrentados pelas escolas do meio rural.

Em seu sentido prático, compreende-se que a nucleação proporciona a melhoria da qualidade de ensino e a igualdade de condições para a escola do campo frente à urbana. No entanto, esse processo foi e é criticado, pois retira o aluno campesino do seu ambiente imediato, através de uma rede de transporte formada para conduzi-lo, até o núcleo, padronizando a oferta de educação nos estabelecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do material bibliográfico selecionado para fundamentar a presente produção acadêmica, possibilitou o tualmente, a Educação Rural encontra-se estruturada. No entanto, deve-se registrar que ao longo das últimas décadas essa modalidade de educação passou por diversas etapas e sofreu várias modificações.

Esse processo iniciou em 1933, quando se instituiu a Campanha de Alfabetização na Zona Rural, que primava pelo ruralismo pedagógico e era estruturada a partir dos cursos de capacitação para os professores.

A Educação Rural começou a se desenhar a partir da realização do Seminário Interamericano de Educação, promovido pela UNESCO e pela OEA em 1949, no Rio de Janeiro, quando se definiram-se os projetos de integração social.

Durante o regime militar, houve uma certa mudança de pensamento quanto à Educação Rural. Nesse período histórico, privilegiou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecido como MOBRAL. Tal movimento não trouxe nada de novo à Educação Rural, apenas possibilitou o aumento do número de professores leigos.

Entretanto, foi com a Constituição Federal de 1988 que a Educação Rural se configurou e passou a ser defendida como necessária ao desenvolvimento social do homem do campo. Referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sancionada em 1996, essa modalidade de ensino passou a ter um currículo próprio, adequado à realidade do educando.

Contudo, muito ainda resta a fazer para que a Educação Rural realmente se configure como modalidade de ensino e promova a integração social, que a população rural tanto necessita.

No que diz respeito aos dados colhidos na presente pesquisa, estes se mostram conflitantes, de forma que os professores que atuam na zona urbana têm um entendimento bastante divergente das opiniões defendidas pelos professores que promovem a educação no meio rural.

Enquanto que os primeiros acham que a educação rural no município de Teixeira-PB caracteriza-se como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio onde se desenvolve, embora se apresentando de

forma positiva, os educadores que atuam no meio rural acham que a educação rural no seu município é um processo atrasado.

Por outro lado, os professores que atuam na zona urbana não veem os que exercem suas funções na zona rural como profissionais qualificados. Entretanto, estes últimos, em quase totalidade se declararam com qualificados para exercerem suas funções.

Constatou-se também que a maioria dos professores da zona urbana (60%) acham que a educação do campo deveriam ser sempre inovador e contextualizadas, entretanto, que na concepção dos professores que desenvolve o processo educativo no meio rural, esta deveria condicionar-se ao meio rural, focalizando seus problemas.

Os dados coletados também demonstraram que a maioria dos professores que exercem suas funções no meio urbano acha que organização escolar multisseriada é uma modalidade positiva porque atende às necessidades do meio rural, em termos de educação e que a nucleação pode ser considerada como uma alternativa capaz de melhorar o ensino rural.

No entanto, quando se analisa os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, esses mesmos dados revelam opiniões completamente opostas, o que leva a concluir-se que quem de perto vivencia os problemas relacionados à educação rural conhecem suas dificuldades, sabem de suas limitações e entendem que as propostas até agora apresentadas não trouxeram contribuições positivas ao desenvolvimento dessa modalidade educativa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação. 2**, ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, M. G. **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

CALAZANS, Maria Julieta et al. Políticas educacionais: Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Diaz (org.). **Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

DEMO, Pedro. **A educação na constituição federal**. São Paulo: Ática, 1997.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, Eny Marisa. Educação Rural no Brasil: O que mudou em 60 anos. **Em Aberto**, v. 1, n. 9, p. 27-33, 1982.

MANFIO, Elisandra; PACHECO, Luci Mary Duso. Educação para o meio rural: perspectivas atuais de permanência e sustentabilidade. In: WESTPHALEN, Frederico. **Pedagogia em Questão**. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, n° 3 e 4, 35 - 47, URI, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio? In: BURSZTYN, Mareei. **Ciência, Ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação:** A organização escolar. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SILVEIRA, Tânia Cristina da; LIMA, Sandra Cristina F. de. (Re)construindo a história do ensino rural em Uberlândia. **Boletim INEP**, v. 16, n. 3, p. 32-39, 2007.

SOUZA, Claudia Moraes de. Discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto. **Revista Educação Brasileira**, n. 21, p. 8-14, out.-dez, 2006.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato:** uma educação para o homem do meio rural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1983.

TORTELLI, Altemir Antônio. Desenvolvimento rural e educação. In: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual de Educação. **II Conferência Estadual:** por uma educação básica do campo. Porto Alegre: Corag, 2002.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional:** Um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Nas questões a seguir, marque apenas uma alternativa.

01. Na sua opinião, como se caracteriza a educação rural em seu município?

- Num processo bastante desenvolvido
- Num processo que atrasado
- Num processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio
- Nenhuma das resposta anteriores

02. Você acha que o educador que atua no meio rural, encontra-se realmente qualificado para promover uma educação de qualidade?

- Sim
- Não

03. Como você acha que deve ser a educação do campo?

- Sempre inovadora e contextualizada
- Privilegiando questões ambientais e sociais
- Condiciona ao meio

04. Em relação à organização escolar multisseriada, qual a sua opinião?

- É uma modalidade positiva, porque atende às necessidades do meio rural, em termos de educação
- Boa, porque barateia os custos com a educação
- Improdutiva, porque dificulta o trabalho do professor e este não ensinar corretamente
- Para ser produtiva depende da capacidade do professor.

05. A nucleação pode ser considerada como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural?

- Sim
- Não